A força jurídica dos notices, guidelines, circulars e FAQs da MAS

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O instrumento que mais confunde os leitores estrangeiros é o MAS Notice. Um notice é uma determinação escrita dirigida pela Monetary Authority of Singapore (MAS), com base em poder legal, a uma categoria de instituições financeiras. Como o poder tem fundamento legal, o notice é juridicamente vinculante para as instituições a que se aplica. Sua violação constitui crime ou fundamento para medidas regulatórias, conforme o dispositivo habilitante. O MAS Notice PSN02, sobre prevenção da lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo para prestadores de serviços de digital payment tokens, é o exemplo mais claro neste livro. É editado com base no Payment Services Act 2019 e tem força de regulamento para todo licenciado abrangido.[1]

As guidelines são diferentes. A MAS descreve suas guidelines como enunciados de princípios ou de padrões de boas práticas que regem a conduta das instituições. Não são juridicamente vinculantes, mas a MAS declara que o grau de observância é levado em conta em sua avaliação de risco da instituição e na decisão sobre se uma pessoa é fit and proper (idônea e apta). Na prática, o licenciado que se afasta das

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

guidelines sem uma razão documentada atrai a atenção da supervisão e, em um pedido de licença, uma recusa. Dois conjuntos de guidelines regem o negócio de varejo de todo licenciado DPT, embora nenhum deles tenha força de lei. As Guidelines on Provision of Digital Payment Token Services to the Public (PS-G02), de 17 de janeiro de 2022, restringem o marketing dirigido ao público. As Guidelines on Consumer Protection Measures by Digital Payment Token Service Providers (PS-G03), revistas em 19 de setembro de 2024, regem o acesso dos consumidores e a conduta comercial.[2] A Parte K, Capítulo III examina seu conteúdo.

As circulars comunicam expectativas de supervisão ou informações administrativas a um grupo de instituições e não são vinculantes. As perguntas frequentes (FAQs), que a MAS publica para o Payment Services Act e o Securities and Futures Act, não têm força jurídica alguma. São, ainda assim, o caminho mais rápido para saber como a MAS lê uma definição ambígua, e uma posição adotada em uma FAQ é uma que a MAS custará a abandonar. Os codes, como o Code on Collective Investment Schemes, não têm natureza legal na forma, mas ganham força por meio das condições de licença e do dever legal dos gestores de fundos de cumpri-los. Por fim, a MAS impõe condições de licença a cada licenciado individualmente. Essas condições vinculam o licenciado por força de lei.

Instrumento	Editado por/ com base em	Vinculante?	Consequência da violação	Equivalente suíço
Act	Parlamento	Sim	Crime ou sanção civil, conforme o Act	Lei federal
Regulations	Ministro ou MAS com base no Act habilitante	Sim	Conforme o Act	Portaria do Conselho Federal
Notice	MAS com base no Act habilitante	Sim, para os destinatários	Crime ou medida regulatória	Portaria da FINMA

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Instrumento	Editado por/ com base em	Vinculante?	Consequência da violação	Equivalente suíço
Guidelines	MAS, sem necessidade de poder específico	Não, mas a observância é avaliada	Atenção da supervisão, dúvidas sobre idoneidade (fit and proper)	Circular da FINMA
Circular	MAS	Não	Expectativa de supervisão	Comunicação de supervisão da FINMA (Aufsichtsmitteilung)
FAQ	MAS	Não	Sinaliza a interpretação	FAQ da FINMA
Condição de licença	MAS, para o licenciado individual	Sim	Revogação, determinações	Condição de licença da FINMA

O leitor suíço verá que a hierarquia é, em substância, a mesma da suíça descrita na Parte C, Capítulo I. A principal diferença está no volume e na velocidade. A MAS edita notices e guidelines rapidamente, muitas vezes após uma consulta de seis a oito semanas e uma resposta às contribuições que expõe seu raciocínio parágrafo por parágrafo. Depois os revisa sem demora legislativa. O compliance officer que administra ao mesmo tempo a filiação a um organismo de autorregulação (SRO) em Zug e uma licença MPI em Singapura precisa acompanhar dois alvos em movimento, dos quais o de Singapura se move mais depressa.

Checklist

Antes de se apoiar em qualquer norma de Singapura em um caso de ativos digitais, convém confirmar cinco pontos. - O Act é citado pelo nome da Revised Edition de 2020 e os números das seções estão atualizados, conferidos no Singapore Statutes Online com a função point-in-time ajustada para a data relevante. - O dispositivo está em vigor, o que se confirma pela notificação de início de vigência, porque várias Partes do Financial Services and Markets Act 2022 e várias alterações do Payment

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Services Act 2019 entraram em vigor anos depois de promulgadas. - Todo MAS Notice invocado está na versão vigente na data relevante; os notices são revistos e a data da revisão aparece na capa. - Toda MAS Guideline é identificada por seu código (PS-G02, PS-G03) e pela data de revisão, e seu caráter não vinculante é compreendido. - O precedente principal é citado pela citação neutra e pelo número do parágrafo, e sua ratio é distinguida de suas observações obiter.

Notas

1. MAS Notice PSN02, "Prevention of Money Laundering and Countering the Financing of Terrorism – Holders of Payment Services Licence (Digital Payment Token Service)", editado pela primeira vez em 5 de dezembro de 2019 e revisto desde então, com base no Payment Services Act 2019; ver Parte L, Capítulos I e II. ↩
2. MAS Guidelines PS-G02, de 17 de janeiro de 2022, segundo Allen & Gledhill, "MAS issues guidelines on the provision of digital payment token services to general public" (26 de janeiro de 2022); MAS Guidelines PS-G03, conforme revistas em 19 de setembro de 2024, com efeitos escalonados em 4 de outubro de 2024 e 19 de junho de 2025, segundo Allen & Gledhill, "MAS issues revised guidelines on provision of consumer protection safeguards by digital payment token service providers". ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.